



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina**

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

---

## Ativismos em Florianópolis-SC Cenas de mobilização e resistência entre 2002 e 2022

**Valdeci Reis**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

REIS, Valdeci. Ativismos em Florianópolis-SC Cenas de mobilização e resistência entre 2002 e 2022. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 267-289, jan-jun 2023. Semestral.

---

© NAUI

# Ativismos em Florianópolis-SC

## Cenas de mobilização e resistência entre 2002 e 2022

Valdeci Reis<sup>1</sup>

### Resumo

Etnografias da resistência desenvolvidas na Capital do Estado de Santa Catarina entre 2002 e 2022, tem o objetivo de documentar e analisar as táticas dos movimentos sociais contemporâneos que se organizam por meio de coletivos e outras formas de associativismo civil. Além de uma revisão de literatura sobre os activismos contemporâneos, neste estudo, analiso dados etnográficos de três ondas de mobilização documentadas: Revolta da Catraca, Ocupações de escolas e universidades, bem como a instalação dos Comitês Populares de Luta, que tiveram grande protagonismo nas eleições de 2022.

Palavras-chave: participação social; etnografia; movimentos sociais.

### Abstract

Ethnographies of resistance developed in the Capital of the State of Santa Catarina between 2002 and 2022, whose objective was to document and analyze the tactics of contemporary social movements that are organized through collectives and other forms of civil associations. In addition to a literature review on contemporary activism, in this study, I analyze ethnographic data from three documented mobilization waves: Revolta da Catraca, Occupations of schools and universities, as well as the installation of the Popular Struggle Committees, which played a major role in the elections from 2022.

Keywords: social participation; ethnography; social movements.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Servidor do Instituto Federal de Santa Catarina. E-mail: [pedagovaldeci@gmail.com](mailto:pedagovaldeci@gmail.com)

## **Preâmbulo: nas ruas, um reencontro inesperado com sujeitos de pesquisa**

Domingo, 18 de setembro de 2022. O dia amanheceu fresco e com uma leve garoa, clima típico da primavera catarinense. Ao manusear o meu celular, constatara muitas mensagens recebidas via aplicativo *WhatsApp* na última noite. Nos últimos dias, a imprensa catarinense havia dado grande destaque para o comício do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, programado para ocorrer às 11h, no centro de Florianópolis. O assunto dominava as conversas via redes sociais digitais.

Pelo aplicativo de mensagens, um dirigente local do Partido dos Trabalhadores me questionou: “Você virá? Caso surja algum problema, me avise, que repassarei sua credencial a outro profissional”. Meu contato com este dirigente vem dos tempos em que atuava como colunista da Rádio Comunitária 98,3 Campeche FM.<sup>2</sup> Durante a cobertura das eleições presidenciais de 2018, havia comandado entrevistas com os candidatos Guilherme Boulos (PSOL), Marina Silva (REDE), Fernando Haddad (PT), João Goulart (PPL) e Vera Lúcia Silva (PSTU).<sup>3</sup> Durante a sua passagem por Florianópolis, no primeiro turno das eleições daquele ano, o então candidato Haddad concedeu apenas duas entrevistas exclusivas, os veículos contemplados foram Rádio Campeche e SBT.

Com o início da etnografia no âmbito do meu doutoramento, onde investiguei as sociabilidades juvenis de integrantes do movimento Hip-Hop nas periferias de Florianópolis, foi preciso me afastar da emissora. Todavia, a rede de contatos que estabeleci com os movimentos sociais organizados enquanto cobria as manifestações e entrevistava lideranças comunitárias, no programa que apresentava<sup>4</sup>, permitiu que o diálogo continuasse via redes sociais digitais.

Desde o primeiro momento em que soube que o candidato Lula visitaria a cidade de Florianópolis, vinha refletindo sobre a possibilidade de comparecer ao ato. No imaginário social, Santa Catarina é caracterizada como um Estado bolsonarista, conservador e alinhado

---

<sup>2</sup> A Rádio Campeche é uma referência na mídia comunitária catarinense. Leitores interessados no assunto podem conferir o dossiê *Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas*, publicado na Revista de Antropologia Cadernos Naui, em especial o artigo que analisa a atuação jornalística intitulado “Rádio Campeche e a participação popular no Plano Diretor de Florianópolis na perspectiva do jornalismo libertador” (TAVARES, 2022).

<sup>3</sup> A emissora realizou entrevistas com outros candidatos, conduzidas por outros profissionais.

<sup>4</sup> Minha atuação na emissora ocorreu de março de 2015 a novembro de 2018.

com os ideais de direita. Diante deste panorama, havia uma grande preocupação com a segurança das pessoas que participariam do comício. Desde a chegada do Capitão Reformado do Exército à Presidência da República, em 2019, a capital do Estado de Santa Catarina registrara um aumento sem precedentes de mortes decorridas de brigas, seguidas pelo disparo de armas de fogo.<sup>5</sup>

O último comício de que Lula participara na cidade ocorrera em outubro de 2002, quando ele disputava o segundo turno das eleições presidenciais contra o então candidato José Serra (PSDB). Foi a única vez que um candidato do PT à Presidência da República ganhou as eleições no Estado e na capital catarinense. Naquele ano, a líder sindical Ideli Salvatti (PT) também foi eleita para o Senado, conquistando a maior votação da história de Santa Catarina.

Considerando a idade do candidato (77 anos) e a informação de que, caso vencesse o pleito, não pretendia mais disputar a reeleição, havia grande possibilidade de aquele ser o último comício a ser realizado por Lula em Florianópolis. Esse dado era um dos assuntos que vinha dominando a internet e as rodas de conversas em praças, bares e restaurantes, inclusive por eleitores não militantes do Partido dos Trabalhadores.

Havia recebido a orientação de chegar cedo à histórica Praça Tancredo Neves, local em que ocorreria o comício. Depois de um reforçado café da manhã, deixei meu apartamento, no bairro de Canasvieiras (34km distante do ato), às 7h30. Enquanto transitava pela rodovia SC-401, chamou minha atenção o número de pessoas nos pontos de ônibus à espera do coletivo. Quase todas as pessoas vestiam roupas vermelhas e seguravam algum adereço de Lula na mão. Tal fato foi registrado com maior intensidade ao passar pelas comunidades Papaquara, Monte Verde e Saco Grande, que concentram famílias em situação de vulnerabilidade social e risco.

Consegui estacionar nas proximidades do Parque da Luz às 8h05. O acesso ao lado leste do centro histórico da capital encontrava-se fechado para carros, apenas pedestres conseguiam chegar naquela região da cidade. Um fortíssimo esquema de segurança envolvia Polícia Militar, Polícia Federal e Guarda Municipal de Florianópolis, um elevado número de seguranças privados tentava organizar as filas para a Praça Tancredo Neves.

Por ter chegado cedo, acessei o local do comício sem dificuldades. Ao chegar em frente ao palco, local reservado para imprensa e autoridades, fiquei estonteado com a quantidade de contra-*snipers* e atiradores de elite posicionados no teto da Assembleia Legislativa, Tribunal de

---

<sup>5</sup> Para uma análise mais aprofundada, conferir a etnografia realizada por Reis (2020a).

Justiça e Tribunal de Contas – prédios públicos – que cercam a praça, que já foi denominada dos Três Poderes. Atualmente, só o Judiciário e o Legislativo funcionam ali.

O relógio marcava 8h45 e meu olhar se voltou para a multidão que começava a se formar em volta do palco, momento em que identifiquei alguns rostos conhecidos: indígenas guaranis do Morro dos Cavalos, jovens integrantes do movimento Hip-Hop e lideranças de movimentos sociais organizados. No palco, um ativista que ficou nacionalmente conhecido por sua atuação na Revolta da Catraca, ocorrida em 2004, discursava para o público.

Enquanto escutava aquelas palavras de ordem e gritos de guerra entoados pela multidão, minha mente rememorava algumas cenas de resistência colocadas em curso nas últimas décadas da capital catarinense. Parte desses movimentos foi documentada em diários de campo enquanto desenvolvia alguma pesquisa etnográfica. Neste artigo, resgato alguns desses registros para refletir a complexidade dos movimentos sociais na contemporaneidade. Tendo por base a reflexão antropológica de Mariza Peirano, partilho da tese de que “toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 386). Nesse sentido, entendo os estudos etnográficos como campos epistemológicos em evolução.

Como sintetiza Rosana Pinheiro-Machado (2016, p. 21), a antropologia “é a ciência que vive da prática insistente da escuta”. A volta a esses diários, alguns com mais de 10 anos, e confrontando-os com a literatura sociológica e antropológica sobre a participação social, penso que sirvam como luzes para compreender o percurso dos movimentos sociais nas últimas duas décadas, bem como os desafios que teremos a partir de 2023, ano que marca a volta do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República.

## **Revolta da Catraca, o embrião do MPL – Movimento Passe Livre**

Os primórdios do Movimento Passe Livre nos remetem ao início dos anos 2000, na cidade de Florianópolis. Os anais da história caracterizam a denominada Revolta da Catraca, ocorrida na capital de Santa Catarina, como um movimento popular que uniu estudantes secundaristas, jovens universitários, trabalhadores usuários do transporte coletivo e sociedade civil organizada, todos descontentes com a forma como o transporte era gerido no município.

No contexto político da ação, tem-se, de um lado, a situação do transporte coletivo na cidade de Florianópolis, então sob a administração de uma prefeita – sócia da maior empresa de transporte urbano e compromissada com um grupo que controla o transporte coletivo na cidade – que decreta o aumento abusivo das passagens de

ônibus. Como consequência desse relacionamento privado, a política pública de transporte coletivo da cidade ficou à mercê dos interesses de mercado. Do outro lado, a JRI – Juventude Revolução Independente, que se desvincula da corrente trotskista O Trabalho e do próprio PT – organizada, então, na Juventude Revolução de Florianópolis, que desde 2001 está no cenário da organização da CPL – a Campanha do Passe Livre –, criada pelo conjunto de estudantes, a maioria secundaristas, e na qual depositou sua energia organizativa desde o seu lançamento (SOUSA, 2005, p. 5).

A campanha estudantil pelo Passe Livre surge em meados do ano de 2000, quando movimentos juvenis organizados conseguiram reunir 20.000 assinaturas para instaurar no parlamento municipal um projeto de lei de iniciativa popular que visava à implantação da gratuidade nas tarifas do transporte coletivo. O trâmite da matéria legislativa na Câmara Municipal de Florianópolis foi curto e esta foi arquivada após a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Os jovens que lideravam a Campanha pelo Passe Livre conseguiram uma importante visibilidade nas mídias hegemônicas e em outros setores da sociedade com a organização do I Encontro Nacional pelo Passe Livre, no início de junho de 2004, na capital catarinense. A partir das teses formuladas nesse encontro, a campanha teve a adesão de associações de bairros, sindicatos e outras agremiações classistas organizativas (LIBERATO, 2005).

O encontro nacional que reuniu principalmente entidades estudantis para debater o Passe Livre em Florianópolis aconteceu um ano depois dos acontecimentos que ficaram conhecidos nacionalmente como a Revolta do Buzu, movimento liderado por jovens secundaristas em resposta ao aumento abusivo das tarifas praticado pela Prefeitura de Salvador. Durante os meses de agosto e setembro de 2003, cenas como ônibus incendiados, bondes virados, prédios de estatais pichados, barricadas e “catracaços” faziam parte da rotina diária da capital baiana. Este cenário é retratado no documentário do cineasta argentino Carlos Pronzato.<sup>6</sup>

Importante ressaltar que, embora liderado por estudantes, o Movimento Passe Livre, em Florianópolis, não nasceu no interior das universidades e/ou escolas de educação básica. A organização foi gestada nas comunidades no interior da Ilha de Santa Catarina, que sofriam com as sucessivas mudanças do transporte coletivo, impostas de maneira autoritária pela Prefeitura Municipal. Nas diversas reuniões que aconteceram em 2004 para debater a questão,

---

<sup>6</sup> O documentário “A Revolta do Buzu” explora as múltiplas narrativas – dos estudantes, dos políticos, da polícia, das mídias hegemônicas – em relação aos protestos que ocorreram em Salvador/BA nos meses de agosto e setembro de 2003 (PRONZATO, 2003).

a exibição do filme de Pronzato era incorporada à programação. Como consequência, uma parte significativa dos ilhéus teve acesso à produção cinematográfica que havia sido gestada em meio aos conflitos desencadeados na capital baiana.

De acordo com a pesquisa empírica realizada pela socióloga Janice Tirelli Ponte de Sousa (2005), nos dez dias que sucederam ao aumento da tarifa do transporte coletivo (anúncio realizado pela prefeita em 28 de junho de 2004), a cidade de Florianópolis virou de pernas para o ar:

A palavra de ordem “catraca livre” era a senha para os estudantes pularem as catracas e abrirem as portas traseiras dos ônibus, para liberar as tarifas para o resto da população, e foi o estopim de uma série de ações diretas: fechamentos de terminais do norte ao sul da Ilha de Santa Catarina e da parte continental; obstrução da ponte que liga a ilha ao continente; tentativas de invasão da prefeitura municipal; intensas manifestações em frente à Câmara Municipal de Florianópolis; passeatas várias vezes ao dia; assembleias na rua com tomadas de decisões no local das manifestações e realizadas por quem estivesse presente e concordasse em participar (SOUSA, 2005, p. 8).

A truculência da Polícia Militar, as balas (a maioria de borracha) disparadas contra os secundaristas e a prisão de mais de 20 jovens menores de idade fizeram com que a população, perplexa diante dos acontecimentos, aderisse massivamente aos protestos. A prefeita, emparedada pelas manifestações volumosas, viu-se acuada e decidiu recorrer ao parlamento municipal; várias matérias legislativas foram remetidas aos vereadores. Desse processo, resultou uma série de mudanças na organização e na gerência do transporte coletivo na capital catarinense, revogação do aumento das tarifas, bem como o projeto de lei que previa a gratuidade das passagens aos estudantes e idosos.

A vitória conquistada pelos estudantes em Florianópolis fez com que o tema Passe Livre entrasse definitivamente nas rodas de conversa dos grupos juvenis. Em 2005, durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, ocorreu a plenária de fundação do MPL – Brasil (movimento nacional para impulsionar a discussão pelo Passe Livre). No mesmo ano, em junho, ocorre a segunda Revolta da Catraca na capital catarinense. O movimento conseguiu barrar o aumento anunciado pela Prefeitura e em 26 de outubro foi sancionada a lei do passe livre estudantil.

No ano seguinte, o segundo Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, na cidade de São Paulo, fez com que o movimento ganhasse projeção nacional. Diversas ações concretas foram realizadas nas regiões metropolitanas – ocupações em secretarias municipais de

transportes e terminais, protestos, barricadas – forçando a classe política a debater a qualidade do transporte urbano.

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, 2013, p. 19-20).

Entre 2000 e 2013, o movimento Passe Livre teve altos e baixos. A agremiação nasceu na Ilha de Santa Catarina, liderada por jovens secundaristas, mas com forte apoio dos setores populares. Diante da projeção nacional e conforme os anos se passaram, o movimento ficou cada vez mais restrito aos ambientes universitários, perdeu o diálogo com outros setores da sociedade. O coletivo voltou a ser destaque nas mídias hegemônicas, com o início das manifestações ocorridas no inverno de 2013, período denominado pelas mídias hegemônicas como Jornadas de Junho.

### **As ruas deixam de ser exclusividade da esquerda; as direitas entram em cena**

Entre 2015 e 2016, diante da instabilidade política instaurada no País, duas mobilizações juvenis – uma com espectro ideológico à direita e outra à esquerda – irão mobilizar as análises antropológicas. A primeira – sob a liderança do Movimento Brasil Livre –, que já tinha ganhado certa visibilidade durante as jornadas de junho de 2013, iria apresentar como pauta o impeachment de Dilma Rousseff; o Estado Mínimo; o Projeto de Lei Escola Sem Partido. A segunda – Movimento de Ocupações de Escolas – começou em São Paulo, em setembro de 2015, como protesto contra a tentativa do Governo Estadual de fechar 94 escolas de educação básica.

Em 2016, as ocupações de escolas e universidades ganharam projeção nacional diante da Reforma do Ensino Médio, anunciada de forma autoritária pelo Governo Temer. A MP n. 746/16 apresentou alterações significativas na Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Tornava não obrigatórias as disciplinas de filosofia, sociologia, artes e educação física. A medida anunciava, ainda, o ensino integral, porém não deixava claro como tal ação seria implantada, uma vez que o Congresso Nacional estava discutindo a proposta 241

de emenda à Constituição. Se aprovada, congelaria os investimentos na saúde, educação e assistência social por 20 anos.<sup>7</sup> Desde a redemocratização do País, era a primeira vez que um presidente da República efetuava uma reforma curricular por meio de medida provisória. O movimento, protagonizado por secundaristas e universitários, também se colocou radicalmente contra o Projeto de Lei Escola Sem Partido,<sup>8</sup> além de incorporar pautas específicas de suas instituições de ensino: assistência estudantil, merenda escolar, gestão participativa.

## O que defendia o MBL?

Como observa Guimarães (2018, p. 622), os movimentos sociais não são “exclusivamente organizados na perspectiva das classes subalternas, mas também das classes dominantes”. O Movimento Brasil Livre – MBL –, uma das agremiações juvenis que liderou as manifestações pró-impeachment entre 2015 e 2016, destacou-se na cena política do País especialmente pelas teses neoliberais no que se refere à concepção e gestão do Estado, discutidas e aprovadas em seus congressos, bem como difundidas em suas plataformas de comunicação hospedadas na internet. Outra característica do movimento estava na *expertise* em utilizar as tecnologias digitais, bem como mobilizar outros jovens a se engajar nas suas propostas, utilizando uma linguagem pop, juvenil, que ironiza e ridiculariza o oponente.

O economista Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2018) localiza o nascimento do MBL como uma das frentes de ação estratégica do coletivo Estudantes Pela Liberdade – EPL. Trata-se de uma agremiação juvenil lançada em 2012, no Fórum da Liberdade – evento anual que acontece em Porto Alegre para se contrapor ao Fórum Social Mundial –, debatendo as teses econômicas desenvolvidas por aparelhos de hegemonia como o Institute of Economic Affairs (IEA); Instituto de Estudos Empresariais (IEE); Instituto Liberal (IL).

O EPL [Estudantes Pela Liberdade] organiza, financia e estabelece diretrizes de ação, principalmente a partir de seu braço de atuação política e ideológica, o Movimento Brasil Livre (MBL). Divulgando vídeos de seus membros com narrativas revisionistas e ataque aos movimentos sociais [populares de esquerda], proferindo discursos de ódio de classe e sobre minorias, criando e reproduzindo *fake news*, promovendo manifestações reacionárias e viabilizando candidatura política de seus integrantes alinhados a tradicionais partidos de direita. O MBL configura-se como uma marca dessa nova direita. [É preciso ressaltar que] a nova direita brasileira não possui uma

<sup>7</sup> No Senado Federal, a proposta virou PEC 55 e foi aprovada em 13 de dezembro de 2016.

<sup>8</sup> Projeto de Lei 193/2016, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o programa Escola sem Partido.

homogeneidade ideológica, mas comporta distintas orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago, o neoliberalismo austríaco ou mesmo vertentes mais fundamentalistas, como o libertarianismo. Apesar de expressar contradições e conflitos interburgueses, a nova direita assegura o essencial para a garantia dos seus interesses de acumulação de capital (CASIMIRO, 2018, p. 45).

A pesquisadora Maria Clariça Ribeiro Guimarães (2018) situa o movimento no campo da ortodoxia neoliberal. Tendo por base uma análise documental sobre as publicações desenvolvidas por seus líderes, bem como as narrativas tecidas no congresso da agremiação, a autora aponta para o esfacelamento dos direitos trabalhistas, assim como as políticas públicas garantidas na Constituição Federal. Na sua concepção, o movimento defende

dedução dos custos do trabalho ao mesmo tempo de aumento de sua produtividade média; retrocessos culturais e ideológicos, intensificando a ofensiva especialmente ao campo dos direitos humanos; e reconfiguração das políticas sociais com base na ortodoxia neoliberal, tornando-as ainda mais focalizadas, sobretudo no caso da seguridade social, posto que, em tempos de crise, são as políticas que a conformam (saúde, previdência e assistência) que se constituem como alvos prioritários dos processos contrarreformistas. (GUIMARÃES, 2018, p. 636).

No quadro abaixo, o leitor poderá ter um panorama da perspectiva de gestão defendida pela agremiação. Na economia, por exemplo, fica evidente o interesse da classe empresarial quando o movimento propõe modificar a legislação trabalhista para que o acordo entre patrão e empregado celebrado no chão de fábrica substitua os direitos atuais previstos na CLT.<sup>9</sup> Questiona-se qual o real poder de negociação de um operário quando o empresário reúne seus empregados e afirma: *Colaboradores, a crise está dramática, não tenho como honrar os pagamentos. Caso vocês queiram continuar trabalhando sem direito a férias e décimo terceiro, ok! Do contrário, terei que encerrar as operações da empresa e demitir todos os empregados.*

Quadro 1 – Propostas do MBL para aprimorar a eficiência do Estado

Área	Proposta
Educação	Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais.
	Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.
	Redução de impostos das escolas privadas.
	Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.

<sup>9</sup> Consolidação das Leis do Trabalho.

	Gestão privada de escolas públicas através de organizações sociais e parcerias público-privadas.
	Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.
	Facilitação do financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica.
<b>Saúde</b>	Adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um plano privado.
	Abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras.
<b>Sustentabilidade</b>	Privatização ou transformação, em PPPs, dos serviços de saneamento básico dos municípios.
<b>Economia</b>	Privatização, no longo prazo, de todos os bancos, porém o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal.
	Revisão do capítulo econômico da Constituição (adotar a economia de mercado. Qualquer interferência do Estado deverá ser justificada e seus resultados, posteriormente avaliados).
	Substituição do FGTS atual por um sistema facultativo de seguro privado para demissão. Nesse caso, o trabalhador poderia escolher entre várias alternativas oferecidas pelo sistema bancário privado.
	Modificação da lei trabalhista para que os acordos bilaterais se sobreponham aos direitos atuais. Ou seja, o trabalhador passa a ter o direito de renunciar aos benefícios desde que aceite a negociação e que os direitos humanos constitucionais sejam respeitados.
<b>Justiça</b>	Fim da função social da propriedade. A propriedade privada não pode ser relativizada.
	Privatização de presídios.
<b>Transporte e Urbanismo</b>	Privatização de linhas de metrô e VLT e criação de novas linhas por meio de PPPs.

Fonte: Guimarães (2018).

Ao observar o conjunto de propostas em áreas como saúde, educação e segurança pública, constata-se forte ataque ao serviço público: destruição do SUS, privatização de escolas e universidades públicas, implantando as Organizações Sociais,<sup>10</sup> incentivos fiscais para as escolas privadas, bem como privatização de presídios e penitenciárias.

As principais propostas do movimento para tornar mais eficiente o Estado brasileiro demonstram explicitamente a tentativa de apropriação do fundo público, colocando em dúvida o argumento liberal da suposta não interferência do Estado nas relações comerciais. Quando empresários criam uma Organização Social para administrar um serviço público essencial para a população – saúde e educação – e investem parte do excedente orçamentário (dinheiro público) em operações da Bolsa de Valores, constata-se a fragilidade da tese econômica liberal. Tal evidência pode ser constatada em estudo exploratório dos contratos celebrados entre as

<sup>10</sup> A gestão da educação e da saúde, por meio das OSs, já é uma realidade em muitos municípios brasileiros. Interessados no assunto ver artigo “Avanço da agenda neoliberal: confrontos e resistência na implantação das Organizações Sociais em Florianópolis-SC” (REIS; MOLINA; GELSLEICHTER, 2018).

Secretarias Estaduais de Saúde do Rio de Janeiro e São Paulo com empresas privadas no período entre 2009 e 2014 para gestão de hospitais públicos, UPAs e Postos de Saúde dos respectivos estados.

Os resultados da pesquisa põem em xeque a natureza não lucrativa das OSs como entidades do “terceiro setor”, cabendo indagar por que em uma sociedade de mercado essas entidades estariam motivadas tão-somente pelos valores da filantropia, da solidariedade social ou do interesse público. Afinal, a autorização em lei para o pagamento de salários aos dirigentes das OSs, a figuração dessas entidades em *ranking* das maiores empresas do País e a possibilidade de aplicação dos excedentes monetários na dinâmica da financeirização dos capitais somente poderiam ser explicadas entendendo-se as organizações como forma política ancorada na dinâmica de expansão do mercado da saúde e na acumulação decorrente deste processo (MORAIS *et al.*, 2018, p. 10).

Para o pesquisador Marcos Francisco Martins (2018), o MBL age como um movimento de educação política de base juvenil, orientado sob a perspectiva da “cidadania regressiva”. Ou seja, atua ideologicamente por uma antipraxis: “a participação efetiva nos processos sociais para reduzir direitos e, assim, o acesso universal aos bens materiais, simbólicos e sociais”, difundindo sistematicamente o discurso da “privatização generalizada de serviços e bens públicos oferecidos pelo Estado” (p. 61).

Maria da Glória Gohn (2019) avalia que as agremiações juvenis – como MBL, Vem Pra Rua, Revoltados On-Line – são ações coletivas que não apresentam todos os elementos construtivos que Alain Touraine (1994) elenca como necessários para constituir um movimento social. Diante de tal perspectiva, a pesquisadora cria a categoria “Organizações Movimentalistas” para classificar esses coletivos.

Tais organizações de inspiração liberal têm demonstrado capilaridade nos centros urbanos estratégicos do País. Desde 2016, participam formalmente dos processos eleitorais, elegem parlamentares. Dispõem de grande apoio financeiro de empresários, promovem intenso processo de formação política de espectro ideológico à direita e outras atividades que visam, supostamente, ao empoderamento da juventude, “quer seja por meio de cursos de gestão pública e relações públicas, centros acadêmicos universitários ou atividades no campo de Terceiro Setor” (GOHN, 2019, p. 120).

## O que reivindicavam os “Ocupas”?

O processo de ocupação de escolas colocado em curso por secundaristas no Estado de São Paulo em setembro de 2015 nos remete aos intensos embates que vinham sendo travados na Assembleia Legislativa paulista entre parlamentares e Governo do Estado nas matérias relacionadas à educação. Desde o início do segundo semestre, a oposição atuava na tentativa de instaurar uma CPI<sup>11</sup> para apurar as denúncias de fraudes envolvendo os processos de licitação e distribuição da merenda escolar. Em setembro do respectivo ano, o Executivo apresentou uma proposta legislativa de reorganização de ensino. Na prática, se colocado em curso, 94 escolas estaduais de educação básica seriam fechadas.

Com o anúncio do Governo estadual, estudantes e pais contrários ao fechamento das instituições de ensino recorreram a táticas convencionais de mobilização: passeatas em ruas, atos em praças, intensas mobilizações em frente ao parlamento e na sede do governo – ocasião em que os manifestantes foram duramente reprimidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Decorrido quase um mês sem que o governo estadual mostrasse qualquer intenção de ouvir os manifestantes, os estudantes resolveram colocar em curso novas táticas de ação, tendo como inspiração a Revolta dos Pinguins, protagonizada em 2006 por estudantes chilenos que lutavam contra a mercantilização/privatização da educação básica.<sup>12</sup> No dia 9 de novembro de 2016, uma escola estadual em Diadema amanheceu ocupada. Estudantes resolveram ocupar um aparelho hegemônico do Estado, na tentativa de impedir que ele fosse extinto por parte do governo, bem como discutir as melhorias possíveis na área de educação (REIS, 2017).

A ação em Diadema foi a primeira de uma sucessão de ocupações que ocorreram em todo o Estado de São Paulo. Na literatura sociológica, existem inúmeras análises tentando compreender os atos protagonizados pelos “Ocupas” que ocorreram no País entre 2015 e 2016,

---

<sup>11</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito.

<sup>12</sup> As mobilizações estudantis chilenas, que ficaram internacionalmente conhecidas como Revolta dos Pinguins, tiveram várias etapas e até hoje são objeto de intensas reflexões em diferentes grupos de pesquisas latino-americanas. Uma excelente pesquisa empírica realizada por Dagmar Zibas (2008) no município de Santiago traz à tona as narrativas de diferentes atores – estudantes, líderes estudantis, professores, sindicalistas, autoridades governamentais, diretores de escolas. O estudo se debruça sobre a primeira onda de mobilização (2006 a 2008). Já a etnografia realizada por Silva, Carlos e Souza (2018) está voltada a uma ocupação de um liceu (Escola de Ensino Médio), em 2011 – terceira onda de mobilização estudantil no Chile. Em 2019 o país foi sacudido por uma nova mobilização que reivindicava melhorias nos serviços públicos. Uma boa síntese do que ocorreu nesse período é retratada no livro apócrifo publicado pela Tinta Limón Ediciones (2021). Em dezembro de 2021, o país elegeu Gabriel Boric, um dos líderes dos protestos ocorridos em 2011, como presidente da República.

intercalados por duas ondas. A primeira, restrita a estudantes paulistas contrários ao projeto de reorganização; a segunda, espalhada por vários estados da federação, contra as medidas autoritárias anunciadas pelo Governo Temer. A produção científica sobre o assunto compõe:

I) Dossiês temáticos em revistas: “(Des)ocupar é resistir?” (**ETD – Educação Temática Digital**, v. 19, n. 1 e n. esp., 2017) e “Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil” (**Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, 2016).

II) Dissertações de Mestrado: Borges (2018); Ferreira (2017).

III) Coletânea de livros: *Baderna: Escolas de Luta* (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), *O movimento das ocupações estudantis no Brasil* (COSTA; GROppo, 2018), *Os sintomas na educação de hoje* (PEREIRA, 2017a) e *Escolas Ocupadas* (CATTANI, 2017).

IV) Demais artigos publicados isoladamente em outros periódicos: Carneiro (2017); Hayashi, Ferreira-Júnior e Innocentini-Hayashi (2017); Leite e Araújo (2018); Rabin e Bacich (2018); Reis (2017); Rodrigues e Ribeiro (2017); Rojas, Mocarzel e Rangel (2017); Silva e Silva (2017); Martins *et al.* (2016); Piolli, Pereira e Mesko (2016); Girardello e Lapa (2018); Reis, Lino e Sartori (2018); Hur e Couto (2019); Ribeiro e Paulino (2019).

Ao analisar dados etnográficos construídos a partir de observações realizadas em três ocupações na cidade de Florianópolis,<sup>13</sup> identifiquei que as ações colocadas em curso no ano de 2016 herdavam alguns aspectos das Jornadas de Junho de 2013, na medida em que os jovens recorreram a intervenções protagonizadas em espaços públicos, bem como construíram canais de comunicação independentes – redes sociais digitais, mídia alternativa – para alertar a população acerca dos retrocessos em curso no parlamento brasileiro.

Ao analisar todo o material coletado, é possível afirmar que os jovens estão descontentes com os desdobramentos políticos no País e querem mais diálogo com as esferas institucionais. Tal movimento rompe com a concepção de uma juventude individualista e despolitizada, visão que se tornou marca da chamada geração Y e Z. Nos dias em que passamos nas ocupações, chamou-nos atenção a forma horizontal de organização: tudo era decidido em assembleia. O espírito de coletividade também estava na divisão das tarefas: limpeza da escola, manipulação e produção de alimentos, organização de debates, atividades culturais e acadêmicas (Diário de Campo das Ocupações, Florianópolis, 2016).

Naquele momento, compreendi que as ações colocadas em curso por secundaristas e universitários fragilizaram o discurso do governo de que era preciso modernizar e tornar mais

<sup>13</sup> No município, cinco instituições de ensino foram ocupadas. Já o Estado de Santa Catarina registrou 34 ocupações.

dinâmico o currículo do Ensino Médio, pois o jovem não estava interessado e, conseqüentemente, estava se evadindo da escola. Os dados empíricos, sistematizados por aquela pesquisa etnográfica, demonstram o contrário: nas mais de 1.400 escolas ocupadas em todo o País no segundo semestre de 2016, jovens apontaram estarem, sim, interessados na escola pública, todavia reivindicavam um currículo que respeitasse as diferenças, chamaram o governo à responsabilidade para a manutenção das políticas de permanência e êxito, além de estarem dispostos a discutir e participar da gestão escolar.

### **Uma nova práxis de intervenção social: surgem os Comitês Populares**

Depois da prisão de Lula, em 2018, o campo à esquerda sofreu um grande revés. Ser progressista era quase uma afronta ao “habitus” (BOURDIEU, 1992, p. 101) da sociedade burguesa catarinense. Na cidade de Florianópolis, terminada a apuração do segundo turno, constatei que o único bairro que o então candidato Haddad venceu foi o Morro da Caixa. Bolsonaro obteve no município 64,86% dos votos. Importante ressaltar que, nas eleições de 2010 e 2014, o PT já vinha perdendo espaço para o PSDB em bairros que sempre deram ampla maioria dos votos aos candidatos do espectro à esquerda: Carvoeira, Pantanal, Trindade, Prainha, Monte Cristo e Campeche. No ano de 2014, o Estado de Santa Catarina deu ao então candidato Aécio Neves (PSDB) a maior votação do País, considerando a proporcionalidade de eleitores. Já em 2018, o então candidato Bolsonaro obteve neste Estado a segunda maior votação.

Em nível nacional, a síntese proferida por Mano Brown explicitou bem as dificuldades de comunicação que o campo progressista enfrentava naquele momento:

Tá tendo quase 30 milhões de votos para tirar. Não estou pessimista. Sou realista. Não consigo acreditar, pessoas que me tratavam com carinho se transformaram em monstros. Se em algum momento a comunicação falhou aqui, a gente vai pagar o preço. A comunicação é alma. Se não conseguir falar a língua do povo, vai perder mesmo. Falar bem do PT para a torcida do PT é fácil. Tem uma multidão que precisa ser conquistada ou vamos cair no precipício (MANO BROWN, Rio de Janeiro, comício de Fernando Haddad, 23 out. 2018).

A fala do *rapper*, líder dos Racionais MC's, repercutiu fortemente no campo progressista. Faltando poucos dias para o segundo turno das eleições, não foi possível reverter a vantagem que o então candidato Bolsonaro abriu no primeiro turno do pleito, mas uma nova

práxis de intervenção foi desenvolvida e colocada em curso tendo por base as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Movimento Sem Terra (STIVAL, 2022). Nasciam, naquele momento, os Comitês Populares.

Inicialmente, esses comitês tinham o propósito de mobilizar as pessoas para participar da Vigília Lula Livre – acampamento popular instalado em frente à Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba –, um protesto contra a prisão de Lula. Como muito bem demonstrou a série de reportagens, que ficou conhecida como Vaza Jato, o então juiz Sérgio Moro “passou anos colaborando em segredo e conspirando com procuradores para construir acusações e até direcionar a campanha pública contra os réus que deveria julgar com ética, neutralidade e objetividade”, inclusive, o “caso de maior impacto, envolvendo o ex-presidente Lula” (GREENWALD, 2022, p. 27).

Com o fim do encarceramento de Lula, em novembro de 2019, esses comitês foram transformados em Comitês Populares de Luta. Espaço socioeducativo com o objetivo de promover debates sobre justiça social, táticas de enfrentamento ao neoliberalismo, bem como combate às *fake news* disseminadas via aplicativos digitais. Em março de 2022, com a proximidade das eleições que ocorreriam em outubro, a direção nacional do PT expandiu a experiência embrionária gestada no sul do País para todos os estados da federação. Mais de 550 Comitês Populares de Luta foram criados, tendo como foco prioritário eleger Lula para um terceiro mandato na Presidência da República.

Na cidade de Florianópolis, foram instalados oito Comitês: Sul da Ilha (Campeche), Leste da Ilha (Lagoa da Conceição), Norte da Ilha I (Sambaqui), Norte da Ilha II (Rio Vermelho), Coletivo Avaianos de Esquerda (Rio Tavares), Coletivo Sindical (Centro), MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens (Morro da Caixa), Coletivo Direito Ambiental na Prática (Trindade). Esses comitês tiveram papel estratégico na organização dos diversos atos que ocorreram na cidade, bem como na execução das reuniões comunitárias com o objetivo de sensibilizar os moradores do interior da ilha de Santa Catarina durante o pleito eleitoral. Quando se observa a geografia do voto no segundo turno das eleições de 2022, é possível constatar que o PT recuperou boa parte das zonas eleitorais perdidas ao longo das eleições de 2010, 2014 e 2018. Contrariando todas as projeções dos institutos de pesquisa, Lula venceu o então candidato Jair Bolsonaro em 20 bairros.

Quadro 2 – Apuração das eleições 2022 em Florianópolis por bairro

Bairro	Candidato vencedor	% de votos Lula	% de votos Bolsonaro
Morro da Caixa	Lula	81,2 %	18,8%
Carvoeira	Lula	68,4%	31,6%
Pantanal	Lula	61,5%	38,5%
Trindade	Lula	61,1%	38,9%
Prainha	Lula	60,5%	39,5%
Monte Cristo	Lula	58,9%	41,1%
Campeche	Lula	57,3%	42,7%
Lagoa da Conceição I	Lula	56,3%	43,7%
Lagoa da Conceição II	Lula	56,1%	43,9%
Canto da Lagoa	Lula	54,9%	45,1%
José Mendes	Lula	54,8%	45,2%
Costa da Lagoa	Lula	54,6%	45,4%
Costa de Dentro	Lula	53,7%	46,3%
Porto da Lagoa	Lula	53,3%	46,7%
Rio Tavares	Lula	52,5%	47,5%
Armação do Pântano do Sul	Lula	51,8%	48,2%
Morro das Pedras	Lula	51,6%	48,4%
Sambaqui	Lula	51,5%	48,5%
Muquem do Rio Vermelho	Lula	50,3%	49,7%
Pântano do Sul	Lula	50,3%	49,7%
Saco dos Limões	Empate	50,0%	50,0%
Itacorubi	Bolsonaro	49,7%	50,3%
Córrego Grande	Bolsonaro	49,6%	50,4%
Rio Vermelho	Bolsonaro	48,0%	52,0%
Barra do Sambaqui	Bolsonaro	48,0%	52,0%
Saco Grande II	Bolsonaro	48,0%	52,0%
Agronômica	Bolsonaro	47,8%	52,2%
Monte Verde	Bolsonaro	47,4%	52,6%
Tapera	Bolsonaro	47,2%	52,8%
Ribeirão da Ilha	Bolsonaro	47,0%	53,0%
Abraão	Bolsonaro	46,9%	53,1%
Sítio Capivari de Baixo	Bolsonaro	46,3%	57,3%
Barra da Lagoa	Bolsonaro	46,1%	53,9%
Saco Grande I	Bolsonaro	44,9%	55,1%
Vargem Grande	Bolsonaro	44,8%	55,2%
Costeira do Pirajubaé	Bolsonaro	44,8%	55,2%
Tapera – Pedregal	Bolsonaro	44,5%	55,5%
Coloninha	Bolsonaro	44,4%	55,6%
Caieira da Barra do Sul	Bolsonaro	44,3%	55,7%
Costeira do Ribeirão	Bolsonaro	43,8%	56,2%
Santo Antônio de Lisboa	Bolsonaro	43,7%	56,3%
Santa Mônica	Bolsonaro	43,5%	56,5%
Vargem do Bom Jesus	Bolsonaro	43,0%	57,0%
João Paulo	Bolsonaro	42,9%	57,1%
Capoeiras	Bolsonaro	42,8%	57,2%
Inglese	Bolsonaro	42,4%	57,6%
Cachoeira do Bom Jesus	Bolsonaro	42,4%	57,6%
Canasvieiras	Bolsonaro	42,2%	57,8%
Coqueiros	Bolsonaro	42,2%	57,8%
Aranhas/Santinho	Bolsonaro	41,3%	58,7%
Sítio Capivari/Inglese	Bolsonaro	41,3%	58,7%

Cacupé	Bolsonaro	40,9%	59,1%
Centro	Bolsonaro	40,8%	59,2%
Ponta das Canas	Bolsonaro	40,4%	59,6%
Estreito	Bolsonaro	39,6%	60,4%
Daniela	Bolsonaro	39,6%	60,4%
Jardim Atlântico	Bolsonaro	39,4%	60,6%
Retiro da Lagoa	Bolsonaro	39,3%	60,7%
Vargem Pequena	Bolsonaro	39,2%	60,8%
Carianos	Bolsonaro	38,7%	61,3%
Jurerê Tradicional	Bolsonaro	35,9%	64,1%
Ratones	Bolsonaro	34,1%	65,9%
Jurerê	Bolsonaro	33,2%	66,8%
Jurerê Internacional	Bolsonaro	31,8%	68,2%
<b>Totalização dos votos apurados na cidade de Florianópolis</b>		<b>Lula: 46,67%</b>	<b>Bolsonaro: 53,33%</b>

Fonte: TRE - SC. Elaboração própria.

Morro da Caixa, Prainha, Monte Cristo e José Mendes são bairros periféricos que foram se formando nas primeiras décadas do século XX, a partir da ocupação de trabalhadores migrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil que chegavam à Ilha de Santa Catarina em busca de melhores condições de vida. Existe, nessas comunidades, uma forte tradição na participação comunitária que impulsionou o surgimento de grupos culturais de Hip-Hop, associações que referenciam a cultura afro, bem como o associativismo coletivo LGBTQIA+.

Carvoeira, Pantanal e Trindade são os três bairros que contornam a Universidade Federal de Santa Catarina. Desde 1989, o único pleito em que um candidato da esquerda não ganhou a eleição nessa região foi em 2018. Campeche, Morro das Pedras e todo o conjunto que contorna a Lagoa da Conceição são classificados pela especulação imobiliária como áreas nobres. Tradicionalmente, porém, os candidatos do campo à esquerda tendem a conquistar uma expressiva votação nessas zonas eleitorais. Os moradores dessas comunidades têm forte tradição na participação social – conselhos, coletivos, ONGs –, colocando em curso estratégias inovadoras no campo do ativismo e mobilização. Nas últimas décadas, importantes estudos retrataram o modelo peculiar de organização comunitária e participação social nessa região (TAVARES, 2022; PEREIRA, 2017b; SAMPAIO, 2016).

A participação objetiva fortalece a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações etc. O pluralismo é a marca desta concepção de participação na qual os partidos políticos não são os únicos atores importantes, há que se considerar também os movimentos sociais e os agentes de organização da participação social, os quais são múltiplos. Uma gama variada de experiências associativas é considerada relevante no processo participativo, tais como grupos de jovens, de idosos, de

moradores de bairros etc. Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais”. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados e nem de indivíduos-membros de dada classe social (GOHN, 2018, p. 71).

O pleito de 2022 em Santa Catarina também marcou outro fato inédito: pela primeira vez desde a redemocratização, um candidato de esquerda ao Governo estadual chegou ao segundo turno. Em entrevista coletiva três dias após a eleição do primeiro turno, Lula admitiu que ninguém da direção nacional imaginava que Décio Lima (PT) avançaria para a próxima etapa. Foi a grande surpresa revelada pelas urnas, a apuração demonstrou que havia em Santa Catarina um eleitor contido, que não se manifestava, mas, na cabina eleitoral, optou pelo Partido dos Trabalhadores.

### **Epílogo: os desafios dos movimentos sociais a partir de 2023**

O pleito de 2022 colocou fim ao governo Bolsonaro, mas não ao bolsonarismo. Em seu terceiro mandato, Lula enfrentará um congresso ainda mais conservador. As cenas lamentáveis de depredação do patrimônio público, protagonizadas no dia da diplomação da chapa Lula-Alckmin e a tentativa de explosão do Aeroporto Internacional de Brasília, uma semana antes da posse, evidenciam os desafios que o campo progressista tem pela frente na tarefa de isolar a extrema direita.

Faltando dois dias para encerrar seu mandato, Bolsonaro optou por fugir do País e não passar a faixa presidencial a Lula. O povo brasileiro – representado por uma criança negra, um cacique, um metalúrgico, um professor, uma cozinheira e um jovem ativista na luta anticapitalista – subiu a rampa do Palácio do Planalto com o novo Presidente. Lula recebeu a faixa presidencial de uma mulher negra, catadora de materiais recicláveis, de 33 anos, o que constituiu uma das cenas mais bonitas da história da República.

Uma semana após a posse – 8 de janeiro de 2023 – a nação brasileira assistiu estonteada, pela televisão, às cenas análogas ao terrorismo de estado na capital federal, protagonizada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Importante ressaltar que o episódio era previsível, pois tais grupos já haviam emitido diversos sinais, inclusive protagonizado um “ensaio técnico” em 12 de dezembro de 2022, em que ocorrera a diplomação do presidente e vice-presidente eleitos.

Mais do que defender o governo democraticamente eleito nas urnas, é preciso uma mobilização permanente na defesa do estado democrático de direito. Os Comitês Populares de

Luta, instalados em todas as regiões do País, devem se transformar em Comitês Populares em Defesa da Democracia. É preciso um grande esforço de diálogo e ação conjunta com as forças políticas democráticas posicionadas ao centro. As cenas de terrorismo protagonizadas em Brasília, bem como a “Minuta do Golpe”,<sup>14</sup> encontrada na residência do ex-ministro da Justiça, evidenciam que não se trata só de retórica: o bolsonarismo tem, de fato, um projeto para destruir a democracia brasileira. Teremos força para resistir?

---

<sup>14</sup> Proposta de decreto para o então presidente Jair Bolsonaro instaurar o Estado de Defesa no Tribunal Superior Eleitoral. Para mais informações, conferir a reportagem de Galf e Marques (2023).

## Referências

- BORGES, Scarlett Giovana. **A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir**. 2018. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.
- BOURDIEU, Pierre. **Un art moyen, essai sur les usages sociaux de la photographie**. Paris: Seuil, 1992.
- CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. **Baderna: Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.
- CARNEIRO, Sílvio. Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais. **Comunicações**, Piracicaba, v. 24, n. 2, p. 137-150, 2017.
- CATTANI, Antonio David. **Escolas Ocupadas**. Porto Alegre: Cirkula, 2017.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Tinta Vermelha).
- COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João, 2018.
- FERREIRA, Sofia Rodrigues. **Jovens secundaristas, educação, cultura e política: O fenômeno das Ocupações de 2016 em Porto Alegre/RS**. 2017. Dissertação (mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- GALF, Renata; MARQUES, José. Minuta dá novo indício jurídico contra Bolsonaro, mas efeito ainda é incerto. **Folha de S. Paulo**, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/minuta-da-novo-indicio-juridico-contr-bolsonaro-mas-efeito-ainda-e-incerto.shtml>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- GIRARDELLO, Gilka; LAPA, Andrea Brandão. Mídia-educação na ‘primavera secundarista’: um estudo de caso no ensino de pós-graduação. **Educação em Foco**, v. 23, p. 39-60, 2018.
- GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis, como impactam e por que importam?** Petrópolis: Vozes, 2022.
- GOHN, Maria da Glória. Potencialidades e limites da participação no federalismo brasileiro. In: CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus (Orgs.). **Governança Multinível e Desenvolvimento Regional Sustentável – Experiências do Brasil e da Alemanha**. São Paulo: Oficina Municipal, 2018. p. 69-90.
- GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GREENWALD, Glenn. **Em defesa da democracia: minha batalha por justiça e liberdade de expressão no país da Lava Jato**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 22, n. 2, p. 621-640, 2018.

HAYASHI, Marcelo Innocentini; FERREIRA-JÚNIOR, Amarilio; INNOCENTINI-HAYASHI, Maria Cristina Piumbato. Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, n. 4, p. 68-88, jan.-abr. 2017.

HUR, Domenico Uhng; COUTO, Maria Luiza Bitencourt Silva. Ocupações na cidade: políticas da multidão na produção do comum. **Rev. psicol. polít.**, v. 19, n. 45, p. 261-274, 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2019000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 set. 2019.

JARRIN, Álvaro *et al.* **Democracia precária**: Etnografias da esperança, desespero e resistência no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2022.

LEITE, Miriam; ARAÚJO, Nayara Cristina. No tempo livre das escolas ocupadas: subversões do presenteísmo pelo ativismo jovem. **Em Aberto**, Brasília, v. 31, n. 101, p. 93-105, 2018.

LIBERATO, Leo Vinicius. **A Guerra da tarifa**. São Paulo: Faísca, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 41-68, jul./dez. 2018.

MARTINS, Marcos Francisco *et al.* As ocupações das escolas estaduais da região de Sorocaba/SP: falam os estudantes secundaristas – Entrevista. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 227-260, 2016.

MORAIS, Heloísa Maria Mendonça *et al.* Organizações Sociais da Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, p. 1-13, 2018.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PEREIRA, Elson Manoel. Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife/PE, v. 19, n. 2, p. 235, abr. 2017b. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5380>. Acesso em: 2 jan. 2023.

PEREIRA, Marcelo Ricardo (Org.). **Os sintomas na educação de hoje: o que fazemos com isso?** Belo Horizonte: Scriptorum, 2017a.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasilprofundo” em tempos de crise. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 8, n. 2, p. 21-28, jul./dez. 2016.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 21-35, 2016.

RABIN, Marcela Lorenzoni da Rocha; BACICH, Lilian. O protagonismo juvenil na era digital. **RJPP**, Brasília, núm. esp., p. 40-53, 2018.

REIS, Valdeci. **Cenas juvenis na escola, na cidade e nas redes**: notas etnográficas na ilha de Florianópolis e tantos outros ilhéus. 2020. 223f. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

REIS, Valdeci; LINO, Fernanda Silva; SARTORI, Ademilde Silveira. Expressões e formas de resistência juvenil diante do avanço do conservadorismo. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 54-76, jul.-dez. 2018.

REIS, Valdeci. #Ocupar e resistir: estudantes catarinenses em defesa da escola pública. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, p. 235-258, 2017.

REIS, Valdeci; MOLINA, Leandro Ribeiro; GELSLEICHTER, Meimilany. Avanço da agenda neoliberal: confrontos e resistência na implantação das Organizações Sociais em Florianópolis-SC. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 2, p. 641-664, jul./dez. 2018.

RIBEIRO, Rejane Arruda; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Outubro, 2016, Brasil – as ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 19, n. 45, p. 286-300, ago. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2019000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 set. 2019.

RODRIGUES, Juliana Pedreschi; RIBEIRO, Tatiani. Sobre educação formal, não formal e participação da comunidade escolar durante o período das ocupações das escolas estaduais paulistas em 2015. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, ano XIX, n. 38, p. 133-153, 2017.

ROJAS, Angelina Accetta; MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre; RANGEL, Mary. “#OCUPAIEPIC”: representações culturais da juventude na ocupação de uma escola estadual em Niterói-RJ. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 19-39, 2017.

SAMPAIO, Juliana Búrigo. **Disputas territoriais e processo participativo em Florianópolis**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

SILVA, Edivania Vieira da Silva; CARLOS, Luana Marques; SOUZA, Antônio Fábio Macedo de. O movimento estudantil secundarista: um estudo sobre a ocupação do Liceo Lastarria na cidade de Santiago no Chile. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 52-55, 2018.

SILVA, Bárbara Virgínia Goff da; SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. “Uma pá de ocupação”: Ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 50, 2017.

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. Juventude, contestação e política de pernas para o ar: O Movimento Passe Livre em Florianópolis. *In: XXIV CONGRESSO DA ALAS – ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA. Anais... ALAS: Porto Alegre, 2005.*

STIVAL, David. **A educação do campo e o MST**: trabalho e práticas sociais com assentados da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 2022.

TOURAINÉ, Alain. **Quést-ce la démocratie**. Paris: Seuil, 1994.

TAVARES, Elaine. Rádio Campeche e a participação popular no Plano Diretor de Florianópolis na perspectiva do jornalismo libertador. **Cadernos Naui**, Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 145-168, jan.-jun. 2022.

TINTA LIMÓN EDICIONES. **Chile despertó**: la revuelta antineoliberal. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2021.

ZIBAS, Dagmar. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Rev. Bras. Educ.**, v. 13, n. 38, p. 199-220, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000200002>. ISSN 1413-2478. Acesso em: 21 mar 2023.

### Filmografia

A REVOLTA DO BUZU. Direção: Carlos Pronzato. Brasil, 2003, DVD (1h 06min).

Recebido em 30 de janeiro de 2023 | Aceito em 09 de fevereiro de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional